

SUMÁRIO

I. O REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E OS SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES	23
1. O regime jurídico administrativo e o desempenho da função administrativa	23
2. Os princípios administrativos	44
2.1 Os princípios administrativos implícitos	47
2.1.1 O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular	47
2.1.2 O princípio da indisponibilidade do interesse público (e os bens públicos)	94
2.2 Os princípios administrativos explícitos	100
2.2.1 O princípio da legalidade e o princípio da segurança jurídica	100
2.2.2 O princípio da impessoalidade ou da finalidade	112
2.2.3 O princípio da moralidade	119
2.2.4 O princípio da publicidade	129
2.2.5 O princípio da eficiência e o Estado Gerencial	133
2.2.6 Os princípios (ou postulados) da razoabilidade e da proporcionalidade	144

II. O ATO ADMINISTRATIVO	151
1. O conceito de ato administrativo	151
2. Os requisitos (ou elementos) do ato administrativo	158
2.1 A competência (ou sujeito)	158
2.2 A finalidade (e a predestinação lícita)	163
2.3 A forma	167
2.4 O motivo (e a motivação)	170
2.5 O objeto (conteúdo ou consequência)	174
3. Os atributos dos atos administrativos	176
3.1 A presunção de legalidade ou legitimidade (e a tipicidade)	177
3.2 A imperatividade (o poder extroverso)	179
3.3 A autoexecutoriedade	180
4. A classificação dos atos administrativos	182
4.1 Quanto aos seus destinatários	182
4.1.1 Os atos administrativos gerais	182
4.1.2 Os atos administrativos individuais	182
4.2 Quanto ao alcance	183
4.2.1 Os atos administrativos internos	183
4.2.2 Os atos administrativos externos	183
4.3 Quanto ao objeto	184
4.3.1 Os atos administrativos de império	184
4.3.2 Os atos administrativos de gestão	185
4.4 Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador	186
4.4.1 Os atos administrativos vinculados (e o conceito de mínimo existencial)	186
4.4.2 Os atos administrativos discricionários (e a discricionariedade técnica)	189
4.5 Quanto à formação do ato	194
4.5.1 Os atos administrativos simples	194
4.5.2 Os atos administrativos compostos	195
4.5.3 Os atos administrativos complexos	195
4.6 Quanto à sua eficácia	196
4.6.1 Os atos administrativos válidos	196

4.6.2 Os atos administrativos nulos (e os anuláveis)	196
4.6.3 Os atos administrativos inexistentes	198
5. As espécies de atos administrativos	198
5.1 Os atos administrativos normativos	198
5.2 Os atos administrativos ordinários	199
5.3 Os atos administrativos punitivos	199
5.4 Os atos administrativos negociais	200
5.5 Os atos administrativos enunciativos	200
6. Formas de extinção (ou de invalidação) dos atos administrati- vos	201
6.1 A anulação de ato administrativo (e a teoria da reserva do possível)	201
6.2 A revogação de ato administrativo	213
6.3 A decretação de caducidade de ato administrativo	218
6.4 A cassação de ato administrativo	219
 III. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA	221
1. Noções preliminares	221
2. A administração pública direta	230
2.1 As principais funções desempenhadas no âmbito da adminis- tração direta	231
2.2 A classificação dos órgãos públicos (e teoria do órgão)	241
2.2.1 Os órgãos públicos independentes	241
2.2.2 Os órgãos públicos autônomos	241
2.2.3 Os órgãos públicos superiores	242
3. A administração pública indireta	242
3.1 As autarquias	248
3.1.1 As agências reguladoras (autarquias em regime espe- cial)	253
3.2 As fundações públicas e privadas mantidas pelo Poder Pú- blico	272
3.3 Os consórcios públicos de Direito Público (as associações públicas)	280
3.4 As empresas públicas e as sociedades de economia mista	283

3.4.1 As semelhanças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	283
3.4.2 Os pontos de diferenciação entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	290
3.4.3 A prestação de serviço público e o exercício de atividade econômica	294
4. As paraestatais (ou entidades em regime de colaboração com o Poder Público)	302
4.1 Os serviços sociais autônomos	302
4.2 As organizações sociais (Lei 9.637/1998)	305
4.3 As organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790/1999)	310
IV. OS SERVIÇOS PÚBLICOS	313
1. O conceito de serviço público	313
2. Os princípios orientadores da prestação de serviço público	326
2.1 O princípio da continuidade	327
2.2 O princípio da modicidade das tarifas	333
2.3 O princípio da mutabilidade (ou adequação)	337
3. O regime jurídico dos contratos de concessão e de permissão	338
4. As formas de extinção da concessão e da permissão	344
4.1 O advento do termo contratual	344
4.2 A encampação	345
4.3 A decretação de caducidade do contrato administrativo	346
4.4 A rescisão judicial ou amigável	348
4.5 A anulação do contrato administrativo	349
4.6 A falência ou a extinção da concessionária	351
5. A licitação e a contratação de parceria público-privada (Lei 11.079/2004)	351
5.1 As disposições preliminares	351
5.2 Os contratos de parceria público-privada	358
V. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	361
1. As considerações gerais	361

2. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro (CF, art. 37, § 6.º)	363
3. As causas excludentes da responsabilidade do estado (e a utilização da teoria da reserva do possível)	375
4. A responsabilidade do estado em decorrência da realização de obras públicas, do desempenho de atividade legislativa ou jurisdicional	382
5. A ação regressiva	385
VI. OS AGENTES PÚBLICOS	389
1. Os agentes políticos	392
2. Os servidores públicos temporários (e os contratos emergenciais)	393
3. Os servidores públicos celetistas (ou empregados públicos)	397
4. Os servidores públicos estatutários em regime especial e em regime comum (Lei 8.112/1990)	403
4.1 A investidura em cargo público ou cargo em comissão	407
4.2 As formas de provimento de cargo público efetivo ou em comissão	417
4.2.1 A nomeação para cargo público efetivo ou em comissão	418
4.2.2 A promoção e a readaptação de servidor ocupante de cargo efetivo	435
4.2.3 A reversão do servidor aposentado por invalidez ou voluntariamente	437
4.2.4 A reintegração do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado	439
4.2.5 A recondução do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado	442
4.2.6 O aproveitamento em outro cargo	443
4.3 As formas de vacância de cargo público efetivo ou em comissão	444
4.3.1 A exoneração dos ocupantes de cargo efetivo ou em comissão	445
4.3.2 A demissão por meio de processo judicial ou administrativo	448

4.3.3	A promoção e a readaptação	451
4.3.4	A aposentadoria e o falecimento	453
4.3.5	A posse em outro cargo inacumulável	456
4.4	O vencimento e a remuneração	456
4.4.1	As vantagens	464
4.5	As licenças	477
4.5.1	A licença por motivo de doença em pessoa da família	478
4.5.2	A licença por motivo de afastamento do cônjuge	480
4.5.3	A licença para serviço militar	482
4.5.4	A licença para atividade política	482
4.5.5	A licença para capacitação	484
4.5.6	A licença para tratamento de interesse particular ...	485
4.5.7	A licença para o desempenho de mandato classista ..	487
4.5.8	A licença para tratamento de saúde e acidente em serviço	488
4.6	Os afastamentos	490
4.6.1	O afastamento para exercício de cargo em comissão ou em função de confiança e no desempenho de mandato eletivo	490
4.6.2	O afastamento para estudo ou missão no exterior	492
4.6.3	O afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País	493
4.7	O regime disciplinar (deveres, proibições e penalidades)	494
5.	Os particulares em regime de colaboração (os agentes honoríficos ou delegados)	515

VII. AS LICITAÇÕES E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	519
1. O conceito, o objeto e os princípios que orientam os processos licitatórios (e a Lei Complementar 123/2006)	519
2. As modalidades de licitação	538
2.1 A concorrência (Lei 8.666/1993, art. 22, I e § 1.º)	540
2.2 A tomada de preços (Lei 8.666/1993, art. 22, II e § 2.º)	549

2.3 O convite (Lei 8.666/1993, art. 22, III e § 3.º)	552
2.4 O concurso (Lei 8.666/1993, art. 22, IV e § 4.º)	555
2.5 O leilão (Lei 8.666/1993, art. 22, V e § 5.º)	558
2.6 O pregão (Lei 10.520/2002)	561
2.7 A consulta (Lei 9.472/1997)	571
3. As hipóteses de dispensa de licitação	573
4. As hipóteses de inexigibilidade de licitação	587
5. Os contratos administrativos	590
5.1 As disposições preliminares	590
5.2 As cláusulas exorbitantes	601
5.3 A formalização e a execução dos contratos	607
5.4 A inexecução e a rescisão dos contratos administrativos	611
5.5 As modalidades de contratos administrativos	614
5.5.1 O contrato de obras (Lei 8.666/1993)	614
5.5.2 O contrato de serviços (Lei 8.666/1993)	615
5.5.3 O contrato de fornecimento (Lei 8.666/1993)	616
5.5.4 O contrato de concessão de serviços públicos (Lei 8.987/1995)	617
5.5.5 O contrato de permissão de serviços públicos (Lei 8.987/1995)	618

VIII. O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	621
1. O sistema de controle interno (a autotutela)	621
2. O sistema de controle externo	628
2.1 O controle realizado pelo Poder Legislativo	628
2.2 O controle realizado pelo Tribunal de Contas	640
2.3 O controle realizado pelo Poder Judiciário	649
2.3.1 As ações constitucionais (instrumentos de controle das ações e das omissões do Estado)	660
2.3.2 O sistema de controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos	680

IX. A DESAPROPRIAÇÃO	693
1. A distribuição das competências na desapropriação	696
1.1 A competência para legislar (a adoção da técnica horizontal)	696
1.2 A competência para identificar a área desapropriada (a declaração)	697
1.3 A competência para realizar a desapropriação (a execução) ..	698
2. As espécies de desapropriação	699
2.1 As desapropriações ordinárias	699
2.2 As desapropriações extraordinárias	701
2.2.1 O instrumento de reforma urbana	701
2.2.2 O instrumento de reforma agrária	704
2.3 A desapropriação confisco	707
2.4 A desapropriação indireta	707
3. O procedimento expropriatório	709
3.1 A fase administrativa	709
3.2 A fase executória	709
 BIBLIOGRAFIA	 713

ANEXOS

PRINCIPAIS JULGAMENTOS E SÚMULAS DO STF E STJ

Anexo A – Informativos do Supremo Tribunal Federal (2005/2008) ..	719
Depósito Prévio e Recurso Administrativo	719
Concurso Público e Direito à Nomeação	720
Repercussão Geral: Vedação ao Nepotismo e Aplicação aos Três Poderes	722
Repercussão Geral: Taxa de Matrícula e Gratuidade do Ensino ...	724
Defesa Técnica em Processo Administrativo Disciplinar e Ampla Defesa.	726

Tutela Antecipada e Responsabilidade Civil Objetiva do Estado ..	728
Concurso para Procurador da República e Cargo Privativo de Bacharel em Direito.	729
Parecer Jurídico e Responsabilização.	731
Lei 9.637/98: Organizações Sociais	732
Responsabilidade Civil do Estado: Revisão Criminal e Prisão Preventiva.	735
Oferta de Lanche a Trabalhadores e Vício Formal.	736
Rede Oficial de Ensino e Língua Espanhola.	739
Improbidade Administrativa e Competência	741
Enunciado de Súmula Vinculante 3	742
Princípio da Proporcionalidade e Mérito Administrativo	743
ADI e Restrição a Contrato com a Administração Pública.	745
Responsabilidade Civil dos Prestadores de Serviço Público e Terceiros Não-Usuários.	746
Subteto de Magistrados Estaduais e Art. 37, XI, e § 12, da CF. ..	747
Estabilidade no Serviço Público e Art. 19 do ADCT.	748
Responsabilidade Civil do Estado e Agente Público.	749
Responsabilidade Civil do Estado e Ato Omissivo	751
CPI: Ato Jurisdicional e Princípio da Separação dos Poderes.	752
EC 20/98 e Acumulação de Cargos.	755
Emenda Constitucional 19, de 1998	756
Educação Infantil. Atendimento em Creche. Dever Constitucional do Poder Público	757
Ação Rescisória: Responsabilidade Objetiva do Estado e Nexo Causal	759
Alteração de Edital de Concurso em Andamento.	761
Sociedade de Economia Mista: Penhora de Rendimentos e Continuidade do Serviço Público.	763
ADI e Investidura em Cargo Público.	765
Concurso Público: Adequação dos Quesitos ao Edital e Legalidade.	766

Competência Municipal e Tempo em Fila de Banco.	768
Concurso Público e Princípio da Isonomia.	769
Decadência e Prestações de Trato Sucessivo.	771
EC 45/2004: Conselho Nacional de Justiça.	772
Ascensão Funcional e Concurso Público.	774
Transferência “Ex Officio” entre Instituições de Ensino e Conge- neridade	776

Anexo B – Informativos do Superior Tribunal de Justiça (2005/2008)

Súmula 356-STJ	777
Cobrança. Prescrição. Concessionária. Energia elétrica	778
Concurso público. Anulação. Questões. Prova.	778
Corte. Energia elétrica. Inadimplemento. Agências. INSS	781
Estabilidade. Avaliação. Desempenho. Licença. Prazo.	782
Responsabilidade. Estado. Nomeação tardia.	783
Responsabilidade. Estado. Morte. Detento.	784
Ação civil pública. Serviço. Transporte.	784
Desapropriação. Tredestinação lícita.	787
MS. Servidor. Ato. Redistribuição.	788
Responsabilidade civil. Estado. Omissão.	789
Serviços. Fornecimento. Água e esgoto. Natureza jurídica. Juris- prudência. STJ/STF.	790
Ação popular. Inconstitucionalidade. Lei.	791
Cobrança. Pedágio. Rodovia federal. Desnecessidade. Alternativa. Serviço gratuito.	792
Transporte coletivo. Delegação. Concorrência pública.	794
MS. Concessão. Reintegração. Cargo anterior.	795
MS. Aposentadoria. Autoridade coatora. Tribunal. Contas.	796
Ação civil pública. Direito. Menor. Creche.	797
Licença. Aperfeiçoamento. Auxílio-alimentação. Vale-transporte. .	798

Indenização. Ato. Agente público. Abuso. Autoridade. Direito. Regresso. Estado.	799
Retrocessão. Desvio. Finalidade. Bem desapropriado. Prazo prescricional.	801
Responsabilidade civil. Estado. Acidente de trânsito.	801
Legitimidade. Associação. Ação civil pública. Multa. Trânsito.	802
Súmula 333-STJ.	803
Concurso público. Direito. Candidata. Evidência. Vagas. Necessidade. Administração.	806
Indenização. Responsabilidade objetiva. Estado. Suicídio. Preso. .	807
Licitação. Consórcio. Qualificação técnica.	808
Corte. Energia elétrica. Inadimplente.	809
Responsabilidade civil. Ato legislativo.	810
Usucapião. Bem. Sociedade. Economia mista.	811
Fornecimento. Medicamento. Estado.	812
Improbidade administrativa. Cumulações. Sanções.	814
MS. Servidor público. Estágio probatório.	815
Súmula 329-STJ.	816
Concessionária. Rodovia. Colisão. Animal. CDC. Aplicação.	817
<i>Habeas data</i> . Concurso público. Informações. Critérios. Correção. Prova discursiva.	818
Súmula 324-STJ.	820
Transporte coletivo intermunicipal. Exploração. Seções. Linhas. Licitação.	822
Servidor. Dependência crônica. Alcoolismo.	823
Serviços técnicos especializados. Escritório. Advocacia. Licitação. Dispensa.	824
Ação popular. Prova efetiva. Lesividade. Ato administrativo.	826
Demissão. Servidor público. Abandono de cargo. <i>Animus específico</i>	827
Caso fortuito. Assalto. Transporte coletivo.	829
Ação civil pública. Improbidade administrativa.	831

Exoneração. Servidor público. Estágio probatório.	832
Desapropriação. Retrocessão. Destinação diversa.	833
Organização social. Desqualificação.	834
Servidora pública. Acumulação. Cargo. Notificação.	835
Corte. Energia elétrica. Município.	836
Responsabilidade civil. Interrupção. Medicamento.	837
Ato discricionário. Fundamentação. Autorização. Curso superior. Interesse público.	839
MS. Demissão. Funcionário público. Apresentação. Carteira funcional em proveito próprio.	840
Súmula 311-STJ.	841
MP. Legitimidade. Ação civil pública. Rodovia. Pedágio. Constitu- cionalidade.	843
MS. Policial rodoviário federal. Demissão. Concessão. Seguran- ça.	844